



CÂMARA MUNICIPAL DE  
**SANTO ANDRÉ**

## REQUERIMENTO DE INFORMAÇÕES

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÕES sobre pedidos de redução de jornada por servidor com filho pessoa com deficiência. AUTOR: Vereador Ricardo Alvarez (PSOL)

Conforme inciso XVII do Art. 58 da Lei Orgânica do Município

Senhor Presidente

**CONSIDERANDO** a Lei Federal 8112/1990, que permite ao funcionalismo público federal a redução de jornada de trabalho em caso de deficiência, sendo o benefício extensível a quem tem filhos nessa situação;

**CONSIDERANDO** a Lei Federal 13146/2015, o Estatuto da Pessoa Com Deficiência;

**CONSIDERANDO** que este mandato foi procurado por munícipe que relatou caso de redução de jornada de trabalho de servidor municipal que tem filho com deficiência na cidade de São Bernardo;

**CONSIDERANDO** que foi relatado a esse mandato dificuldade por parte de servidor municipal de Santo André de entrar com pedido de redução de jornada;

**REQUEIRO**, ouvido o duto plenário, as seguintes informações:

- a. Quantos são os servidores municipais que têm filho com deficiência?
- b. Quantos pedidos de redução de jornada de trabalho por parte de servidores que tem filho que é pessoa com deficiência foram protocolados na Prefeitura Municipal de Santo André?
- c. Qual é o procedimento adotado pela Prefeitura para os pedidos relativos a essa situação?

1) Paulo Henrique Pinto Serra - Prefeito Municipal Prefeitura Municipal de Santo André

Plenário "João Raposo Rezende Filho - Zinho", 30 de abril de 2024.

**Ver. Ricardo Alvarez**  
**VEREADOR**



Autenticar documento em <https://camarasempapel.cmsandre.sp.gov.br/autenticidade> com o identificador 350032003800340030003A005000. Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



CÂMARA MUNICIPAL DE  
**SANTO ANDRÉ**



Autenticar documento em <https://camarasempapel.cmsandre.sp.gov.br/autenticidade>  
com o identificador 350032003800340030003A005000. Documento assinado digitalmente conforme  
MP n° 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.